



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0007548-08.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado**
 Documento de Origem: **IP - 036/2015 - Delegacia de Investigações Gerais de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Anderson Antonio dos Santos**
 Vítima: **GUILHERME QUADRI e outro**

Aos 12 de agosto de 2016, às 15:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu Anderson Antonio dos Santos, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foram ouvidas as vítimas e interrogado o réu. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** "MM. Juiz: Anderson Antonio dos Santos foi processado pelo delito descrito na denúncia, nas circunstancia ali constantes (roubo qualificado). Segundo narrou a denúncia, as vítimas teriam reconhecido o réu por fotografia em site dessa cidade. O réu deve ser absolvido por insuficiência de provas. Nesta audiência as vítimas não fizeram reconhecimento seguro do réu ao terem contato pessoal com o mesmo. O réu nega a prática do roubo. Assim, a prova testemunhal não confirmou a autoria, sem sombra de dúvidas. Faltam provas para a condenação. Requeiro a absolvição. **Dada a palavra à DEFESA:**" MM. Juiz: em comum com o Ministério Público, pela absolvição do réu por insuficiência de provas, observada a regra do artigo 155 do CPP. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**" VISTOS. ANDERSON ANTONIO DOS SANTOS, qualificado nos autos a fls. 51, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, §2º, incisos I e II, c.c. artigo 70, ambos do Código Penal, porque em 22.05.2015, por volta das 23h59, na Rua Totó Leite, nas proximidades das instalações da Defesa Civil, bairro Vila Monteiro, nesta cidade e Comarca, previamente ajustado e com unidade de desígnios com outro indivíduo não identificado até o momento, subtraíram para proveito de ambos, mediante grave ameaça exercida com emprego de facas, um celular, marca Alcatel e R\$200,00 em dinheiro de Guilherme Quadri; e um celular, marca Nokia e um relógio de pulso, de Henrique Cezar Souza de Oliveira, avaliados em R\$950,00. Recebida a denúncia (fls.63), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.114). Nesta


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

audiência foram ouvidas as vítimas e interrogado o réu. Nas alegações finais as partes pediram a absolvição por falta de provas. **É o Relatório. Decido.** Como bem observado pelo Ministério Público “*segundo narrou a denúncia, as vítimas teriam reconhecido o réu por fotografia em site dessa cidade. O réu deve ser absolvido por insuficiência de provas. Nesta audiência as vítimas não fizeram reconhecimento seguro do réu ao terem contato pessoal com o mesmo. O réu nega a prática do roubo. Assim, a prova testemunhal não confirmou a autoria, sem sombra de dúvidas. Faltam provas para a condenação*”. De fato, as vítimas negaram até o reconhecimento feito no inquérito e também em juízo não reconheceram o réu com segurança. Na há outras testemunhas. Nessas circunstâncias, a absolvição é de rigor. Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** Anderson Antonio dos Santos com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Transitada em julgado, ao arquivo. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Ré(u):